



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO
DE CONTAS ANUAL – GESTÃO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Guaçuí

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Guaçuí

Gestor responsável: Sr. Marcos Luiz Jauhar

Exercício: 2024

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, a unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 1.1.3 - Transferência de recursos orçamentários ao poder legislativo.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	1982/2025	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Relatório Contábil de Pagamentos realizados	12 pagamentos feitos ao Poder Legislativo

Ponto de Controle:

Em 28/02/2025 deu-se início pela equipe do Controle Interno a verificação do ponto de controle 1.1.3, conforme Tabela Referencial da IN 68/2020, processo nº 1982/2025 em que analisou o Poder Executivo cumpriu tempestivamente o repasse do Duodécimo ao Poder legislativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

Plano de Contas	Data	Valor	Nº da Conta de Origem	Histórico
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	19/01/2024	R\$ 296.000,00	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 01/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	19/01/2024	R\$ 12.334,00	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 01/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/02/2024	R\$ 150.000,00	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 02/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/02/2024	R\$ 158.334,00	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 02/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/03/2024	R\$ 170.000,00	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 03/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/03/2024	R\$ 254.951,04	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 03/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	19/04/2024	R\$ 424.951,04	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 04/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	19/04/2024	R\$ 65.048,96	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo á diferença do mês 01/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	19/04/2024	R\$ 51.568,08	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo á diferença do mês 01/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/05/2024	R\$ 279.951,04	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 05/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/05/2024	R\$ 145.000,00	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 05/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/06/2024	R\$ 276.951,04	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 06/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2024	R\$ 148.000,00	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 06/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	19/07/2024	R\$ 170.000,00	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 07/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	19/07/2024	R\$ 254.951,04	Conta 2.482.578 - PMG-BEES - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 07/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/08/2024	R\$ 200.000,00	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 08/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/08/2024	R\$ 224.951,04	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 08/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/09/2024	R\$ 424.951,04	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 09/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	18/10/2024	R\$ 424.951,04	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 10/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	19/11/2024	R\$ 273.951,04	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 11/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	19/11/2024	R\$ 151.000,00	Conta 4-1 - PMG-CEF - MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 11/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/12/2024	R\$ 234.951,04	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 12/2024.
351120100001 - DUODÉCIMO - CÂMARA MUNICIPAL	20/12/2024	R\$ 190.000,00	Conta 8.511-1 - PMG-BB- FPM- MOVIMENTO	Repasse Emenda constitucional relativo ao mês 12/2024.

Após a análise realizada, constatou-se que a UG Prefeitura Municipal de Guaçuí não cumpriu com o pagamento tempestivo o repasse do Duodécimo ao Poder legislativo, referente à competência de Janeiro. Em janeiro foram realizados dois repasses, sendo o primeiro pagamento no valor de R\$ 308.334,00 (trezentos e oito mil e trezentos e trinta e quatro reais) realizado em 19/01/2024, ou seja, cumprindo o que estabelece a Carta Magna em seu Art. 168. Já o segundo, referente à mesma competência foi realizado em 19/04/2024, no valor de R\$ 116.617,04 (centro e dezesseis mil e seiscentos e dezessete mil e quarto centavos), portanto descumprindo o que dispõe a legislação.

Isso indica que os prazos estabelecidos não foram respeitados, gerando a incidência de multas ou juros por atraso no pagamento.

Essa constatação é importante para demonstrar a responsabilidade e o comprometimento da gestão da entidade em relação às suas obrigações legais, garantindo o cumprimento das determinações da IN 68/2020.

Cabe ressaltar que a verificação realizada pelo Controle Interno é fundamental para garantir a transparência e a regularidade das atividades da entidade, demonstrando o compromisso com a gestão eficiente dos recursos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 1.2.2 - Pagamento das obrigações previdenciárias-patronal.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias patronal.	1982/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1988, art. 1. Lei Local Regime de Competência.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuarias decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	Relatório Contábil – Pagamento/ Banco.	Todos os recolhimentos realizados no exercício referente contribuições previdências decorrentes dos encargos da UG – Prefeitura Municipal de Guaçuí.

Ponto de Controle:

No dia 28/02/2025, a equipe do Controle Interno iniciou a verificação do ponto de controle 1.2.2, conforme estabelecido na Tabela Referencial da IN 68/2020, processo nº 1982/2025. Durante esta análise, foi avaliado que na competência de dezembro não foi efetuado o pagamento ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a contribuição previdenciária decorrente de encargos patronais da entidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

Competência	Órgão	Data do Pagamento
Jan/2024	RPPS	19/02/2024
Jan/2024	RGPS	19/02/2024
Fev/2024	RPPS	15/03/2024
Fev/2024	RGPS	15/03/2024
Mar/2024	RPPS	15/04/2024
Mar/2024	RGPS	15/04/2024
Abr/2024	RPPS	20/05/2024
Abr/2024	RGPS	20/05/2024
Mai/2024	RPPS	20/06/2024
Mai/2024	RGPS	20/06/2024
Jun/2024	RPPS	19/07/2024
Jun/2024	RGPS	19/07/2024
Jul/2024	RPPS	20/08/2024
Jul/2024	RGPS	20/08/2024
Ago/2024	RPPS	20/09/2024
Ago/2024	RGPS	20/09/2024
Set/2024	RPPS	18/10/2024
Set/2024	RGPS	18/10/2024
Out/2024	RPPS	19/11/2024
Out/2024	RGPS	19/11/2024
Nov/2024	RPPS	20/12/2024
Nov/2024	RGPS	20/12/2024
Dez/2024	RPPS	20/01/2025
Dez/2024	RGPS	-
13º Salário	RPPS	20/12/2024
13º Salário	RGPS	20/12/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

Após a análise realizada, constatou-se que a Prefeitura Municipal de Guaçuí não cumpriu com o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias na competência de dezembro no RGPS.

Isso indica que os prazos estabelecidos não foram respeitados, gerando multas e juros por atraso no pagamento.

Essa constatação é importante para demonstrar a responsabilidade e o comprometimento da gestão da entidade em relação às suas obrigações legais, garantindo o cumprimento das determinações da IN 68/2020.

Cabe ressaltar que a verificação realizada pelo Controle Interno é fundamental para garantir a transparência e a regularidade das atividades da entidade, demonstrando o compromisso com a gestão eficiente dos recursos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 1.2.4 - Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	1982/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Relatório Contábil – Pagamento/ Banco	Todos os recolhimentos realizados no exercício referente aos 14% da parte dos servidores da UG - Prefeitura Municipal de Guaçuí

Ponto de Controle:

No dia 28/02/2025, a equipe do Controle Interno iniciou a verificação do ponto de controle 1.2.4, conforme estabelecido na Tabela Referencial da IN 68/2020, processo nº 1982/2025. Durante este processo, foi fornecida orientação ao responsável sobre a relevância de efetuar o pagamento pontual das contribuições dos servidores municipais tanto ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) quanto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

Competência	Órgão	Data do Pagamento
Jan/2024	RPPS	19/02/2024
Jan/2024	RGPS	19/02/2024
Fev/2024	RPPS	15/03/2024
Fev/2024	RGPS	15/03/2024
Mar/2024	RPPS	15/04/2024
Mar/2024	RGPS	15/04/2024
Abr/2024	RPPS	20/05/2024
Abr/2024	RGPS	20/05/2024
Mai/2024	RPPS	20/06/2024
Mai/2024	RGPS	20/06/2024
Jun/2024	RPPS	19/07/2024
Jun/2024	RGPS	19/07/2024
Jul/2024	RPPS	20/08/2024
Jul/2024	RGPS	20/08/2024
Ago/2024	RPPS	20/09/2024
Ago/2024	RGPS	20/09/2024
Set/2024	RPPS	18/10/2024
Set/2024	RGPS	18/10/2024
Out/2024	RPPS	19/11/2024
Out/2024	RGPS	19/11/2024
Nov/2024	RPPS	20/12/2024
Nov/2024	RGPS	20/12/2024
Dez/2024	RPPS	20/01/2025
Dez/2024	RGPS	-
13º Salário	RPPS	20/12/2024
13º Salário	RGPS	20/12/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

Adicionalmente, durante a análise das retenções referentes à parte do servidor, observamos que a Prefeitura Municipal de Guaçuí realizou as retenções necessárias, porém não efetuou todos os repasses de forma pontual ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na competência de dezembro, gerando multas e juros por atraso no pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 1.3.1 - Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	1304/2025	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	BALPAT e INVMOV: R\$ 15.610.044,10 BALPAT e INVIMO: R\$ 60.166.710,40 A soma da Classe "Estoques" pertencentes ao "Ativo Circulante" e ao "Ativo Não Circulante" constante no BALPAT é <u>idêntico</u> ao saldo total dos "valores atualizados" apresentados no arquivo INVALM, ou seja, R\$ 552.628,07.	04/31

Ponto de Controle:

Após uma minuciosa análise dos arquivos relacionados ao ponto de controle 1.3.1, a equipe de Controle Interno conclui que as demonstrações contábeis refletem de forma precisa e integral os valores dos bens em estoque, móveis e imóveis, em total concordância com os inventários anuais realizados. Assim, após verificação, constatou-se que o registro da depreciação e/ou exaustão dos bens móveis e imóveis está em conformidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 1.3.3 - Disponibilidades financeiras depósito e aplicação.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	1304/2025	LC 101/2000, art. 43 c/c §3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	95 Extratos bancários que integram o EXTBAN.	95 Extratos bancários

Ponto de controle:

Após revisão dos documentos referentes ao ponto de controle 1.3.3, a equipe de Controle Interno constata que as demonstrações contábeis apresentam a totalidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras de instituições financeiras oficiais, sendo elas, Banco do Brasil, Banestes e Caixa Econômica, não havendo divergências nos saldos confrontados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 1.3.5 - Dívida ativa e demais créditos tributários conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis.	1304/2025	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	31	02/31 Arquivos DEMDAT e BALPAT

Ponto de controle:

Foi verificado se as demonstrações contábeis refletem com precisão os valores registrados na dívida ativa, tanto tributária quanto não tributária. Observou-se que não há discrepâncias entre os valores indicados nos arquivos DEMDAT e BALPAT, ambos totalizando R\$ 8.904,781,25 para a dívida ativa, englobando tanto os tributos quanto outros débitos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 1.5.1 - Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE.	1304/2025	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Foram analisados os trinta e um arquivos enviados pela Unidade Gestora e todos se encontram em conformidade com o que estabelece a IN 68/2020 e suas alterações, com exceção do RELACI, RELUCI e INFOCI que são de competência do Controle Interno.	31/31

Ponto de Controle:

Em 11/02/2025, a equipe do Controle Interno iniciou a verificação do ponto de controle 1.5.1, conforme Tabela Referencial da IN 68/2020. Durante essa análise, foram examinados os documentos integrantes da PCA, os quais se encontram em conformidade com os requisitos estabelecidos no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa da prestação de contas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 2.5.7 - Servidores cedidos.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.5.7	Servidores cedidos.	1304/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	10	10

Ponto de controle:

A equipe de Controle Interno realizou uma verificação para determinar se a Prefeitura Municipal de Guaçuí possui servidores cedidos e se o RPPS é formalmente informado.

Constatou-se que a Unidade Gestora está em conformidade com as exigências, não havendo registros de servidores não comunicados ao RPPS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 2.5.10 - Parcelamento de débitos previdenciários- Autorização Legal.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal.	1982/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Foram analisadas as Leis Municipais nº 3.945/2013, 4.524/2023 e 4.167/2017 que comprovam que o Poder Legislativo autorizou os acordos de parcelamento.	03 leis comprovam a autorização legislativa para os 08 parcelamentos vigentes. Ademais, é crucial mencionar que o exercício de 2024, não foi efetuado nenhum parcelamento. Diante do exposto importante ressaltar que os aportes financeiros atuarias decorrentes não forem repassados tempestivamente que agravou a situação do déficit atuarial e comprometeu a instabilidade financeira da instituição.

- Informações gerais sobre os parcelamentos e aportes IPMG - Instituto de Previdência do Município de Guaçuí.

Número do Parcelamento	Lei Autorizativa	Quantidade de Parcelas	Saldo de Parcelas	Situação Atual do Parcelamento	Data da Consulta
01044/2013	3.945/2013	240	101	VÁLIDO	10/03/2025
02000/2017	4.167/2017	200	116	VÁLIDO	10/03/2025
02161/2017	4.167/2017	200	116	VÁLIDO	10/03/2025
02208/2017	4.167/2017	200	116	VÁLIDO	10/03/2025
00955/2019	3.945/2013	60	0	QUITADO	10/03/2025
00956/2019	3.945/2013	60	0	QUITADO	10/03/2025
00262/2020	3.945/2013	60	04	VÁLIDO	10/03/2025
00430/2023	4.524/2023	20	08	VÁLIDO	10/03/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

Ponto de Controle:

Em 10/03/2025, a equipe do Controle Interno iniciou a verificação do ponto de controle 2.5.10, conforme a Tabela Referencial da IN 68/2020. Destaca-se que, durante essa análise, foram examinadas as Leis Municipais nº 3.945/2013, 4.167/20217 e 4.524/2023, que comprovam a autorização do Poder Legislativo para os acordos de parcelamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PONTO DE CONTROLE 2.6.3 - Pessoal contratação por tempo determinado.

Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos Administrativos Analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.3	Pessoal contratação por tempo determinado.	Portal Transparência	CRFB/88, art. 37, inciso IX	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observou que as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contratações temporárias efetuadas pela autarquia.	Termo de homologação 001/2022 001/2024

Ponto de Controle:

Em 10/03/2025 deu-se início pela equipe do Controle Interno a verificação do ponto de controle 2.6.3, conforme Tabela Referencial da IN 68/2020 em que analisou o cumprimento da legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.

A equipe de Controle Interno analisou que as contratações temporárias estão em conformidade com as Leis Municipais nº 2.443/1997 e nº 3.931/2013, em 10/03/2025. Conforme publicação no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Guaçuí, os processos se encontram dentro do prazo de validade. Conforme demonstrado:

Processo Seletivo	Data Homologação	Validade	Situação de Validade	Data da Consulta	UG
001/2024	04/03/2024	2025	VÁLIDO	10/03/2025	AGRICULTURA
001/2022	21/03/2022	2024	ENCERRADO	10/03/2025	AGRICULTURA

- Processo Seletivo 001/2024 prorrogado pelo período de 04/03/2025 a 03/03/2026 pelo Edital de Prorrogação Nº 001/2025.
- Processo Seletivo 001/2022 prorrogado pelo período de 21/03/2023 a 21/03/2024 pelo Edital de Prorrogação Nº 001/2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

1.2. Constatações e proposições.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.3	O repasse do Duodécimo ao Poder Legislativo não atendeu aos prazos estabelecidos para o pagamento tempestivo referente à competência de janeiro. Foram realizados dois repasses em janeiro, um em 19/01/2024 e outro em 19/04/2024, o que gerou um atraso no cumprimento das obrigações financeiras estabelecidas.	O Controle Interno emitiu recomendações por meio de ofício referentes ao achado, solicitando ao Setor de Contabilidade da UG recomendando que os prazos estabelecidos para pagamento sejam rigorosamente cumpridos, em conformidade com as normas contábeis. Além disso, recomenda-se que a UG empreenda esforços para garantir que os repasses sejam realizados até o dia 20 de cada mês, visando uma gestão financeira mais eficiente e em conformidade com os prazos estabelecidos.	Pendente
1.2.2	Durante a análise, foi avaliado que na competência de dezembro não foi efetuado o pagamento ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social) a contribuição previdenciária decorrente de encargos patronais da entidade, gerando multas e juros por atraso no pagamento.	Assim, o Controle Interno emitirá uma recomendação ao Setor de Contabilidade da UG orientando o responsável acerca da importância do pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).	Pendente
1.2.4	Durante a análise, foi avaliado que na competência de dezembro não foi efetuado o pagamento ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social) a contribuição previdenciária decorrente de encargos parte servidor da entidade, gerando multas e juros por atraso no pagamento.	Assim, o Controle Interno emitirá uma recomendação ao Setor de Contabilidade da UG orientando o responsável acerca da importância do pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos parte servidor ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).	Pendente



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES
Controladoria-Geral do Município

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos cuidadosamente a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Marcos Luiz Jauhar, gestor da Prefeitura Municipal de Guaçuí, referente ao exercício de 2024.

Após uma análise minuciosa dos objetos e pontos de controle detalhados nos itens 1 e 2 deste parecer, observamos que o repasse do Duodécimo ao Poder Legislativo não atendeu aos prazos estabelecidos para o pagamento tempestivo referente à competência de janeiro. Foram realizados dois repasses em janeiro, um em 19/01/2024 e outro em 19/04/2024, o que gerou um atraso no cumprimento das obrigações financeiras estabelecidas.

Observamos também que nos itens 1.2.2 e 1.2.4 onde se trata dos Pagamento das obrigações previdenciárias Patronal e Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte Servidor, não foram efetuados os pagamentos da competência de dezembro de 2024 ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gerando multas e juros no pagamento, concluímos que a referida prestação de contas está regular com ressalvas.

Adicionalmente, salientamos que os procedimentos e registros examinados demonstram o comprometimento e a responsabilidade do gestor e sua equipe em relação à administração dos recursos previdenciários.

Dessa forma, é nossa avaliação que a gestão realizada durante o período em análise atende aos requisitos legais e às boas práticas de gestão previdenciária.

Guaçuí-ES, 26 de março de 2025.

Karen Andrade Suhett Santos Nunes
Superintendente de Controle Interno CRC 02416/O-9
Decreto nº.13.885/2025

Eduardo Gripp Jabôr
Controlador-Geral Interino do Município
Decreto nº 13.984/2025